



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 6

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 5 DE MARÇO DE 2014

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	6
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	6
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	6
3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE FEVEREIRO DE 2014.....	6
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	7
4.1 Análise e discussão da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP sobre Opções definidas para a Região da Península de Setúbal no Quadro Comunitário 'Portugal 2020' e do Plano de Ação Regional	7
4.2 Iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “ Os Verdes” sobre eventual encerramento de Repartições de Finanças no distrito de Setúbal	9
4.3 Outorga do ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública celebrado entre a Câmara Municipal de Alcochete e o SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos – produção de efeitos e extensão	11
ENCERRAMENTO.....	13

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento fez a seguinte exposição, acerca do Dia Internacional da Mulher:

«8 de março é mais do que um marco histórico relativo às MULHERES e sobre as MULHERES.

Relembrar, as lutas das mulheres operárias da Rússia czarista ou das mulheres operárias da indústria do vestuário de Nova Iorque, não chega!

Mormente, ter decorrido quase um século sobre o início desses protestos por melhores condições de trabalho, trava-se hoje outras lutas no que concerne aos Direitos das Mulheres – DIREITOS HUMANOS, entenda-se – da responsabilidade das Nações Unidas, das instâncias derivadas das Uniões de Estados, de cada Governo, das Instâncias Federativas, Regionais e Locais de cada Estado, de cada um de nós e de todos nós em geral.

Porque, falar hoje em pleno século XXI de casamentos forçados, casamentos forçados com meninas de 9, 10 e 11 anos com indivíduos com o triplo da sua idade e que acabam, na “noite de núpcias”, na cama de um qualquer hospital ou na morgue! Da Mutilação Genital Feminina (MGF), sobretudo nos países que acolhem

as populações migrantes (África e da Ásia), que apesar de proibida, essa prática é realizada! E a sua realização significa: desferir um rude golpe no direito à integridade física da pessoa humana – a MULHER.

É para essas mulheres e meninas que temos de ter o nosso pensamento e ações, neste e em todos os dias do ano. Porque se aquela MULHER que alcançou “apenas” alguns dos direitos que lhe cabem como pessoa humana que é, “terá que enfrentar [na sua vida de criança, menina e mulher] a desigualdade e a discriminação” como refere o Secretário-Geral da ONU na sua mensagem para assinalar este Dia, aquelas (as outras) terão que enfrentar a sobrevivência, a garantia que cada dia ao terminar é mais um dia nas suas parcas vidas, totalmente desamparadas pelos seus familiares e pelas instâncias do seu próprio país!

Somos TODOS responsáveis, a “igualdade de género” não é um mero *slogan* político, é uma realidade bem marcada pela violação dos DIREITOS HUMANOS e o Partido Socialista (de Alcochete), presta desta forma, a sua singela homenagem, a todas as MULHERES DO CONCELHO DE ALCOCHETE.»

No seguimento da apresentação do documento pela senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento, a senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, convidou todo o executivo a participar num debate organizado pela Câmara Municipal, que irá ter lugar no dia 7 de março, pelas 14:00 horas, no edifício da Biblioteca Municipal, no qual se irá debater a evolução que se registou em Portugal, a partir de 25 de Abril de 1974, relativamente aos direitos cívicos das mulheres, ao Serviço Nacional de Saúde (na vertente da saúde materna), a despenalização da IVG entre outros, bem como todos os ataques e retrocessos que se estão a registar com as medidas adotadas pelo atual Governo.

Disse, ainda, que lhe parece que as mulheres que entraram na vida política tenderam a imitar os homens. Eram mulheres com mais idade que não tinham uma vida familiar que as obrigasse a tomar posições diferentes. Na atualidade, as mulheres marcam a política com intervenções diferentes porque diferente é também a sua maneira de estar na vida.

Reiterou o seu entendimento, no sentido de ser necessário as mulheres continuarem a lutar pelos seus direitos, homenageando-se estas, através da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

A propósito do mesmo tema, a senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio, informou que está instituído na Câmara um Plano de Igualdade de Géneros, dinamizado pelo setor de Ação Social.

Aproveitou para convidar todos a visualizarem um filme com o título “Água”, que está disponível na Biblioteca da Escola E.B.2,3 El-Rei D. Manuel I, em Alcochete, ao qual se pode aceder através da RBAL. O filme é ilustrativo da condição da mulher na Índia, da violência exercida sobre estas. Com este filme pretendeu-se dar voz às mulheres que a não têm, tentando desta forma sensibilizar organizações internacionais para esta temática.

Chamou a atenção para o facto de, em Portugal, apesar de toda a evolução que se regista, não ser possível ainda a mulher ser dona do seu corpo, dando como exemplo esta ter que ter autorização do marido para fazer laqueação de trompas.

O senhor presidente referiu que tem algumas dúvidas relativamente à obrigatoriedade da autorização atrás referida, dando alguns exemplos de ordem jurídica. Lembrou também as alterações introduzidas ao Código Civil, em função da entrada em vigor da Constituição da República de 1976.

Também para ele, apesar de estarmos numa Europa civilizada, até no plano político se registam desigualdades, como é o caso das quotas, questão muito controversa. Entende que há ainda, um longo caminho a percorrer, porque muitas vezes, a equiparação ou igualdade é meramente formal, mas no plano substantivo, nos factos, na realidade, não há igualdade, dado não existirem condições de oportunidade, apesar se registar uma evolução positiva.

A completar, a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento deu conhecimento de ter sido necessário legislar à pressa, na Assembleia da República, órgão *supostamente* democrático (democraticamente eleitos os que lá estão) para

as deputadas usufruírem do direito de verem justificadas as faltas por maternidade, bem como mais recentemente para poderem acompanhar os filhos em caso de doença.

A terminar, o senhor presidente supõe que todos reconhecem e revêm, solidarizando-se com o documento apresentado pela senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento, esperando que o futuro traga algo de muito melhor para mulheres e homens.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €504.311,66 (quinhentos e quatro mil, trezentos e onze euros e sessenta e seis cêntimos)

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 19/02/2014 e 04/03/2014, autorizou o pagamento da despesa, no montante total de €116.317,80 (cento e dezasseis mil, trezentos e dezassete euros e oitenta cêntimos) conforme as ordens de pagamento emitidas do número 388 ao número 563.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 5 de fevereiro de 2014

O assunto foi retirado para posterior deliberação.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Análise e discussão da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP sobre Opções definidas para a Região da Península de Setúbal no Quadro Comunitário 'Portugal 2020' e do Plano de Ação Regional

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«No passado dia 6 de janeiro, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, nos termos legais e regimentais aplicáveis formulou, na Assembleia da República, uma pergunta ao senhor Ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional, (conforme documentação em anexo) no sentido de esclarecer a linha de orientação que este Governo pretende seguir no processo do Quadro Comunitário “Portugal 2020” e do Plano de Ação Regional, relativamente à península de Setúbal e à sua inserção territorial.

Nos pressupostos da pergunta formulada, defende-se como sendo da maior importância a existência de uma AIDUS (área integrada de desenvolvimento urbano sustentável), “própria e autónoma para a região, permitindo considerar e salvaguardar a especificidade, as necessidades concretas e o potencial da península de Setúbal”. Esta “questão continua a assumir uma incontornável importância, desde logo para um plano de ação que possibilite a defesa dos interesses desta região, das suas populações e do seu tecido económico e social”.

Assim, pelo exposto, o executivo municipal, ao tomar conhecimento desta iniciativa, delibera o seguinte:

- 1) Manifestar a sua total concordância com a posição do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.
- 2) Publicitar esta deliberação, junto do Sr. Ministro-adjunto do Desenvolvimento Regional, direção dos grupos parlamentares, comunicação social e população em geral.»

Submetido à discussão, a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento afirmou nesta qualidade que, independentemente do Grupo Parlamentar que proponha uma questão para ser apreciada em reunião de câmara, se tiver a ver com benefício quer para o concelho quer para o distrito, terá sempre a sua concordância e é o caso presente.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 1**.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do CDS-PP:

«Compreendo a iniciativa do grupo parlamentar do PCP defendendo a existência de uma Área Integrada de Desenvolvimento Urbano Sustentável para a Península de Setúbal, que melhor sirva os interesses dos seus municípios.

Voto a favor porque estou certo que o CDS/PP, que desde sempre contemplou especial atenção ao funcionamento e boa aplicação dos fundos comunitários, continuará empenhado nestas matérias através da informação que esta vereação vem vinculando.»

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento fez a seguinte Declaração de Voto em nome do PS:

«Como representante do Partido Socialista, quero afirmar que, como disse também na parte introdutória na declaração que prestei acerca do entendimento desta proposta, toda e qualquer proposta que venha de qualquer grupo parlamentar com assento na Assembleia da República será por mim aprovada desde que tenha a ver com a vida na comunidade de Alcochete, no concelho de Alcochete, que tenha a ver com benefício para o distrito, para a Área Metropolitana de Lisboa, portanto, não há cor política relativamente a toda e qualquer minha observação, havendo, efetivamente, e sobretudo, um entendimento em termos políticos, pelo bem-estar da população de Alcochete.»

4.2 Iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” sobre eventual encerramento de Repartições de Finanças no distrito de Setúbal

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«No passado dia 16 de dezembro a deputada Paula Santos, do grupo Parlamentar do PCP, visitou as instalações do Serviço de Finanças de Alcochete, onde contactou com os seus trabalhadores solidarizando-se com os mesmos e registando as suas legítimas preocupações.

Das questões abordadas sobre o funcionamento do Serviço de Finanças de Alcochete, ficou claro que existe um desconhecimento de quem lá trabalha, relativamente à situação futura deste serviço.

Nesta visita esteve também presente a Diretora Regional das Finanças, Dra. Maria do Carmo Morgado que nada adiantou de concreto em relação ao eventual encerramento.

Mesmo tendo já questionado a Ministra das Finanças relativamente a este assunto e visto não existir uma confirmação clara de que o Serviço de Finanças em Alcochete vai continuar em funcionamento, o Grupo Parlamentar, no passado dia 18 de Dezembro, nos termos legais e regimentais aplicáveis, formalizou na Assembleia da Republica uma pergunta à Senhora Ministra de Estado e das Finanças (conforme documentação em anexo) que, até à presente data, ainda não obteve qualquer resposta.

Assim, pelo exposto, o executivo municipal, ao tomar conhecimento desta iniciativa, delibera o seguinte:

- 1) Manifestar o seu total apoio a esta diligência do Grupo Parlamentar do PCP;

- 2) Disponibilizar-se para a colaboração institucional necessária, com este ou qualquer outro grupo parlamentar, com o objetivo de preservar e manter em funcionamento a repartição de finanças de Alcochete.
- 3) Publicitar esta deliberação, junto da Sra. Ministra de Estado e das Finanças, direção dos grupos parlamentares, comunicação social e população em geral.»

Submetido à discussão a vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento, afirmou que na sequência da proposta apresentada pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto, assim como a apresentada pela CDU e outra do Partido Socialista, unanimemente votadas, demonstrativo de uma sintonia de entendimento, para que não se verifique o encerramento da Repartição de Finanças em Alcochete, também votará favoravelmente a presente proposta.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do CDS-PP:

«No seguimento do que já foi afirmado publicamente em vários órgãos (AM, AF), o CDS-PP, que aqui represento, reitera o seu apoio a esta iniciativa do PEV a exemplo do que já fez com a anterior iniciativa da CDU sobre esta matéria.

Considerando que se trata de um serviço essencial e de proximidade prestado à população de Alcochete, que a iniciativa agora apresentada vem contribuir para a defesa dos interesses da nossa Vila, os autarcas do CDS-PP de Alcochete, que não possuem preconceitos de nenhuma ordem, quando se trata de valores desta natureza, apoiam esta iniciativa do PEV, pois defendemos que nem Direita nem Esquerda possuem o monopólio da defesa dos interesses locais.»

4.3 Outorga do ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública celebrado entre a Câmara Municipal de Alcochete e o SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos – produção de efeitos e extensão

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«No passado dia 26 de fevereiro corrente, reuni com o SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, na sequência de apresentação por parte daquela estrutura representativa dos trabalhadores de proposta de ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública a celebrar entre a Câmara Municipal de Alcochete e aquele sindicato. A proposta apresentada de acordo e nos termos do previsto no Regime Contrato de Trabalho em Funções Públicas, prevê a consagração do direito à semana de trabalho de 35 horas e à jornada diária de 7 horas para os trabalhadores sindicalizados naquela estrutura representativa dos trabalhadores.

Como é do conhecimento deste órgão, que ratificou o ato por unanimidade na última reunião de Câmara, em 31 de janeiro findo, e de acordo com os mesmos princípios, celebramos um ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública entre a Câmara Municipal de Alcochete e o STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas Concessionárias e Afins.

Não é intenção desta Câmara Municipal, vedar os direitos adquiridos bem como os princípios da contratação coletiva a nenhum dos seus trabalhadores, intenção essa bem expressa no despacho n.º 4, de 31 de janeiro findo, do senhor Presidente da Câmara Municipal, cujo conteúdo integral acompanhou a proposta anterior, em que se determina a extensão daquele acordo a todos os trabalhadores da CMA. Assim, pela salvaguarda destes direitos e ao abrigo da liberdade sindical estão justificados os pressupostos para assinatura de documento idêntico, que se anexa, com o SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos.

Propõe-se que, a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com fundamento no artigo 130.º do Regime do Contrato de Trabalho em funções públicas e da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, na interpretação do Tribunal Constitucional expressa no Acórdão 794/2013:

a) Desde já, da assinatura de ACEEP a celebrar entre este Município e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, onde se fixa o período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais aos trabalhadores do Município de Alcochete;

b) Aplicar, após a assinatura do ACEEP celebrado entre este Município e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, em consequência, o período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais aos trabalhadores do Município de Alcochete;

c) Alargar a produção de efeitos do ACEEP a outorgar, e após a assinatura, a todos os trabalhadores da autarquia, independentemente da sua filiação sindical;

d) Proceder à publicitação da deliberação nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor do PS e da CDU.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do CDS-PP:

«Em reunião de Câmara realizada no passado dia 19 de fevereiro, votei a favor da negociação e da contratação coletiva que abrangia a matéria do direito à semana de trabalho de 35 horas.

Entendo que a gestão de recursos humanos é da exclusiva responsabilidade do executivo municipal, sendo também da sua responsabilidade avaliar a sustentabilidade desses acordos, pelo que sobre os acordos que venham a ser outorgados e seu conteúdo específico, voto em abstenção.»

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento fez uma Declaração de Voto em nome do PS, dizendo que no seguimento da sua intervenção na última reunião de Câmara, frisou ser lamentável ter que se recorrer a estes instrumentos para reivindicar e plasmar as 35 horas, salientando que com as 40 horas há de facto uma nítida redução do valor/hora do trabalhador que não foi objeto de negociação. Contudo, se é esta a forma e a fórmula que a Lei permite para se manter as 35 horas, é de avançar, como é óbvio.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:15 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.